

Cleucio Santos Nunes

JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Área específica

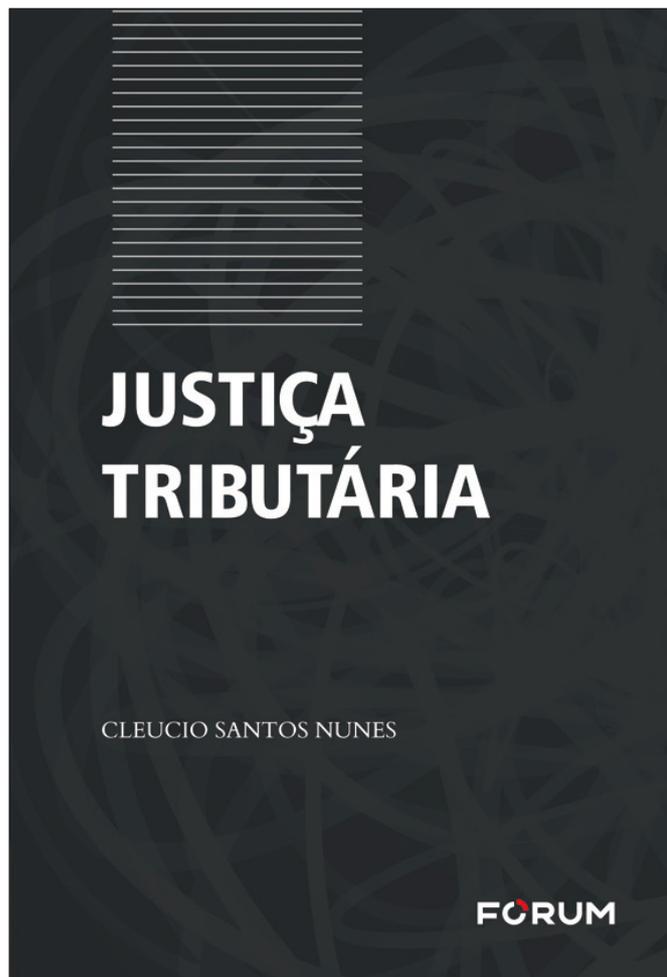
DIREITO TRIBUTÁRIO

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL.
DIREITO FINANCEIRO. ECONOMIA.
CIÊNCIA POLÍTICA. FILOSOFIA.

Público-alvo/consumidores

PROFESSORES, PESQUISADORES
(GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO),
JURISTAS, ECONOMISTAS, CIENTISTAS
POLÍTICOS, SOCIÓLOGOS, POLÍTICOS,
JORNALISTAS E PÚBLICO EM GERAL.



A ideia de Justiça Tributária é uma terminologia genérica para abranger, no Direito Tributário, os conceitos de *justiça* propriamente dito e de *equidade*. Segundo informações do IPEA, o sistema tributário brasileiro é considerado injusto em função de a carga tributária pesar mais sobre os pobres e proporcionalmente menos sobre os ricos, problema chamado *regressividade tributária*. A investigação realizada para a elaboração desta obra comprova que, apesar de a *equidade* na tributação ser uma utopia, é possível otimizá-la para que se aproxime do ideal. Por outro lado, para ser considerado *justo*, um sistema tributário deverá sempre assegurar recursos fiscais à realização dos objetivos fundamentais do Estado Democrático de Direito. Exatamente por isso, o autor propõe um realinhamento dos conceitos de justiça e de equidade na tributação ao identificar os instrumentos jurídicos que permitem a efetivação da justiça fiscal e a otimização da equidade tributária, sem romper com o sistema tributário da atualidade.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001567

N972j

Nunes, Cleucio Santos

Justiça tributária / Cleucio Santos Nunes.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

427p.; 14,5 cm x 21,5 cm

ISBN: 978-85-450-0643-5

1. Direito Tributário. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Financeiro. I. Título.

CDD 341.39

CDU 341.39

Cleucio Santos Nunes é Doutor em Direito do Estado, Constituição e Justiça pela UnB. Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos. Pós-graduado em Direito Tributário e Processo Tributário pela PUC-SP. Foi Coordenador-Geral da Consultoria Jurídica do Ministério da Educação, Consultor Jurídico do Ministério das Cidades e Vice-Presidente Jurídico dos Correios. É Professor de Direito Tributário e Financeiro no Mestrado e na Graduação da Universidade Católica de Brasília (UCB) e na graduação do Centro Universitário de Brasília (UniCeub, Consultor Jurídico e Advogado militante. É também autor de outros livros e artigos jurídicos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15	
CAPÍTULO 1		
SISTEMA TRIBUTÁRIO E MATRIZ TRIBUTÁRIA		
BRASILEIRA	29	
1.1 Noções de sistema tributário.....	31	
1.2 Matriz tributária.....	38	
1.3 Conceito de capacidade contributiva.....	48	
1.3.1 Capacidade contributiva até a primeira metade do século XX.....	57	
1.3.2 Capacidade contributiva após a segunda metade do século XX.....	60	
1.3.3 Capacidade contributiva no Brasil	63	
1.4 Conceitos de equidade e iniquidade tributárias	68	
1.5 Tributos diretos e indiretos.....	80	
1.6 Progressividade, regressividade e proporcionalidade tributárias	96	
1.6.1 Controvérsias sobre proporcionalidade e progressividade.....	104	
1.6.2 Teorias do benefício e do sacrifício comum	107	
1.6.3 Teorias das equidades horizontal e vertical	113	
CAPÍTULO 2		
ESTRUTURA ATUAL DA MATRIZ TRIBUTÁRIA		
BRASILEIRA E SUAS ORIGENS	119	
2.1 Indicadores tributários históricos.....	120	
2.2 Indicadores tributários contemporâneos.....	123	
2.3 Indicadores comparados.....	143	
2.4 A ênfase da tributação sobre o consumo.....	145	
2.4.1 O modelo vigente de tributação sobre o consumo.....	150	
2.4.2 Efeitos jurídicos da tributação sobre o consumo.....	155	
2.4.3 Efeitos econômicos e sociais dos tributos sobre o consumo	159	
2.5 Tributação sobre renda e patrimônio (propriedade e herança).....	163	
2.5.1 Conceito de renda	165	
2.5.2 Efeitos jurídicos e econômicos da tributação da renda	169	
2.5.3 Princípios e regras jurídicas da tributação da renda	174	
2.5.4 Tributação sobre a propriedade e efeitos	177	
2.6 Iniquidade da matriz tributária brasileira.....	182	
2.6.1 Relações entre tributação do consumo e da renda.....	185	
2.6.2 O problema da regressividade.....	190	
2.6.2.1 Regressividade da tributação em razão da renda	192	
2.6.2.2 Regressividade da tributação em razão do consumo	196	
2.6.2.3 Regressividade da tributação e os levantamentos da POF/IBGE	200	
CAPÍTULO 3		
POR UMA MATRIZ TRIBUTÁRIA JUSTA		207
3.1 Tributação para financiar a burocracia do Estado	209	

3.1.1	Liberdade e propriedade na qualidade de direitos têm seus custos.....	217
3.1.2	Liberdade é uma visão de justiça no Estado fiscal	221
3.1.3	Os custos da garantia de liberdade para todos.....	224
3.1.4	Não existem melhores custos entre direitos negativos e positivos.....	226
3.1.5	A garantia dos direitos sociais e o seu custo tributário	229
3.2	Promoção da equidade e da justiça tributárias.....	234
3.2.1	Estado Democrático de Direito e igualdade democrática.....	236
3.2.2	Estruturas endógena e exógena da matriz tributária	243
3.2.3	Diferença entre valor, princípio e regra	254
3.2.3.1	Distinção entre princípios e regras jurídicas.....	255
3.2.3.2	Distinção entre valores e princípios	258
3.2.4	Equidade e justiça como valores	270
3.2.5	A opção pela justiça social e a liberdade	273
3.2.6	Noções contemporâneas de justiça social	278
3.3	Capacidade contributiva como critério de equidade tributária	284
3.3.1	Capacidade contributiva como princípio jurídico	285
3.3.2	Instrumentos de efetivação da capacidade contributiva....	291
3.3.3	O mito da equidade por meio da progressividade	302
3.3.3.1	Impossibilidade da quota equitativa de cada contribuinte.....	303
3.3.3.2	Equidade tributária entre capacidades contributivas diferentes.....	307
3.3.4	O problema das presunções e a iniquidade da matriz tributária.....	314
3.3.4.1	O problema das deduções do IRPF e as alíquotas fictícia e real.....	318
3.3.4.2	Iniquidade do regime das deduções e presunções no IRPF	320
3.3.4.3	Isenções, benefícios tributários e o problema da iniquidade	323
3.3.5	Capacidade contributiva: justiça ou equidade?.....	325
3.4	Identificação da justiça tributária	332
3.4.1	A escolha da justiça social como valor fundante da matriz tributária	335
3.4.2	Sociedade livre, justa e solidária.....	340
3.4.3	Solidariedade e tributação	345
3.4.4	Princípios da dignidade da pessoa humana e do mínimo existencial	357
3.4.5	Estado Democrático de Direito simbólico e a função da matriz tributária	374
3.4.6	Desigualdade social ou o fracasso da matriz tributária justa	381
3.4.7	Proposta de fundamentos para a matriz tributária justa ..	391
	CONCLUSÃO	407
	REFERÊNCIAS	417